

O GENITIVO DE POSSE EM PORTUGUÊS: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE EM SEMÂNTICA COGNITIVA

POSSESSIVE GENITIVE IN PORTUGUESE: A COGNITIVE-SEMANTICS ANALYSIS

Jorge Luiz Ferreira Lisboa Júnior¹

RESUMO

O presente estudo dedica-se a análise da estrutura semântica e da polissemia do genitivo de posse em português. Tendo em vista análises da posse genitiva em termos de metáfora conceptual (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER 1991) e da mereologia estrutural (LYONS, 1980), consideramos o problema da insuficiência de tais argumentos para a descrição da polissemia da posse. Como alternativa teórica e descritiva, postula-se que as construções de genitivo correspondam a padrões metonímicos associados a domínios de contiguidade (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006), seja via transformação entre esquemas imagéticos de experiências contíguas, seja pelo mapeamento metafórico entre domínios de contiguidade.

Palavras-chave: genitivo, posse, metonímia, contiguidade

ABSTRACT

The present study is dedicated to the analysis of the semantic structure and polysemy of the possessive genitive in Portuguese. Considering analyzes of possessive genitive in terms of conceptual metaphor (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER, 1991) and structural mereology (LYONS, 1980), we consider the problem of the insufficiency of such arguments for the description of possession polysemy. As a theoretical and descriptive alternative, it is postulated that the constructions of genitive are metonymic patterns associated with contiguity domains (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006), either via transformation between image schemas of contiguous experiences, or through metaphorical mapping between contiguity domains.

Keywords: genitive, possession, metonymy, contiguity

¹ Mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro pesquisador do GESP – UFRJ/CNPq (Grupo de Estudos Semânticos do Português).

1. Introdução

A Posse é uma experiência humana fundamental, arquetipicamente física, porém a sua difícil definição fez com que muitos linguistas gastassem tinta descrevendo esse conceito linguístico. (LYONS, 1980; LANGACKER, 1991; HEINE, 1997, dentre outros). Dada a importância dessa experiência, as línguas humanas apresentam diferentes estratégias para a sua codificação.

No âmbito do genitivo de posse, as línguas se diferenciam tipologicamente no que se refere a como manifestam os conceitos de posse inalienável e alienável. Essa diferença reside basicamente na opção dos falantes ora pela *heterossemia*, processo pelo qual distinguem, por meio de diferentes expedientes linguísticos, as situações em que o termo possuído é “parte” inalienável de seu possuidor e as situações em que o termo possuído é “propriedade” alienável de seu possuidor, ora pela *polissemia*, ou seja, a predileção em marcar ambas as relações possessivas por meio de um único expediente linguístico.

No primeiro caso, temos línguas como o inglês, que apresenta uma divisão entre construções possessivas genitivas, distinguindo entre a posse alienável e a posse inalienável (*‘possessive Split’*). Os exemplos, a seguir, foram retirados de Haspelmath (2008):

Inglês:

(1.a) the roof of the car (vs. ? the car’s roof)

(1.b) Pedro’s car (vs. ? the car of Pedro)

No inglês, nota-se que há um genitivo em sua versão sintética (genitivo morfológico) e em sua versão perifrástica (com a preposição *of*). Por outro lado, há línguas em que não ocorre essa diferenciação formal entre construções possessivas inalienáveis e alienáveis, como o português, que opta economicamente pela polissemia.

(2.a) “Mas os fãs ficaram impressionados com **o pé do atacante** da seleção brasileira, que pode marcar os gols do hexa!”².

(2.b) “Acampamento em frente **à casa do prefeito** do Rio termina após 17 horas”³.

Com o objetivo de analisarmos a estrutura semântica e a polissemia do genitivo de posse em

2 Disponível em <http://metropolitanafm.com.br/novidades/famosos/neymar-mostra-seu-pe-depois-de-cirurgia-e-deixa-fas-impressionados>. > (Acesso 27/04/2018).

3 Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/acampamento-em-frente-casa-do-prefeito-do-rio-termina-apos-17-horas.html>> (Acesso 27/04/2018).

português, daremos atenção a como conectamos pela gramática do genitivo (de-possessivo) instâncias prototípicas e não prototípicas da posse, como as relações de inalienabilidade, alienabilidade, locatividade possessiva, posse abstrata e algumas extensões genitivas.

O presente estudo está organizado da seguinte maneira: discutiremos, em primeiro lugar, sobre os problemas da estrutura semântica envolvendo construções possessivas, seja a proposta da metáfora conceptual (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER, 1991) na seção 2, seja a proposta da mereologia estrutural de Lyons (1980), na seção 3. Posteriormente, nas seções 4 e 5, apresentaremos os parâmetros básicos do significado possessivo e as premissas teóricas que norteiam a análise de que o genitivo possessivo seja um caso de metonímia conceptual. (LISBOA JÚNIOR, 2017).

Em seguida, na seção 6, trataremos dos aspectos metodológicos e das hipóteses de trabalho. Por fim, na seção 7, partiremos para a descrição da posse genitiva no português, investindo no argumento de que as construções possessivas, e suas extensões semânticas nas demais construções de genitivo, sejam padrões metonímicos associados ao modelo cognitivo idealizado da Contiguidade. (LAKOFF, 1987; PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006; LISBOA JÚNIOR, 2017).

2. O problema da estrutura semântica possessiva: o argumento da metáfora conceptual

Na seara cognitivista, o genitivo de posse em inglês tem sido visto como um caso de “metáfora conceptual” na gramática. (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER, 1991). A construção metafórica do conceito possessivo se daria pelo mapeamento coerente entre domínios cognitivos distintos da experiência: o domínio-alvo da posse, mais abstrato, que precisa ser compreendido em termos de um domínio-fonte, de base experiencial concreta. Os argumentos se diferenciam a partir do que se considera como o domínio-fonte (a base experiencial) mais apropriado à metáfora possessiva.

Nikiforidou (1991) irá propor que a posse no inglês corresponda ao mnemônico metafórico “PARTES SÃO POSSES”. Em sua formulação, a posse é concebida em termos da relação concreta de PARTE-TODO, pela qual o TODO é conceptualizado como o possuidor de suas partes, contribuindo para a inferência de que as partes são posses. Pode parecer óbvio que a noção topológica de PARTE-TODO sustente experiencialmente a abstração da posse. Entretanto, a pesquisadora demonstra cautela sobre qual seria a base experiencial que sustenta a projeção metafórica, estabelecendo, por fim, a noção de CONTROLE como um aspecto básico da experiência possessiva codificada no genitivo⁴.

4 This brings us to the experiential basis of this metaphor. As I said in this is extremely hard to describe fully due to the complexity of the possession frame; what seems to be involved here, is the idea of control which is usually associated with possessions (persons can in the prototypical case control their belongings)

Por outro lado, Langacker (1991, p. 172-173) afirma que a Posse seja uma Metáfora Espacial, apresentando a noção de Proximidade Espacial como o seu domínio-fonte.

Possession is also expressed by non-verbal elements such as prepositions, pospositions, and nominal inflections, which can all be analyzed as stative relations. In its original prototypical sense, an adposition usually situates a mobile trajectory with respect to some spatial marco. Its extension to possessive use may then be based on spatial metaphor, or many simply stem from the fact that spatial proximity is a usual concomitant of possession. (LANGACKER, 1991, p. 172-173).

Abre-se, em certa medida, uma polêmica quanto a análise via metáfora para o genitivo no inglês, que tomamos como base de discussão para o português. Se as metáforas divergem sobre o domínio-fonte ou sobre a base experiencial responsável pela conceptualização da posse, como PARTE-TODO, CONTROLE e PROXIMIDADE ESPACIAL, gera-se a pergunta sobre qual seria a metáfora mais apropriada à descrição semântica do possessivo.

Em português temos a preposição “de” marcando possessivos inalienáveis e alienáveis e que lançam mão de bases experienciais específicas, embora interrelacionadas. Observem-se os exemplos (2.a) e (2.b), agora, revisitados como (3.a) e (3.b):

(3.a) “Mas os fãs ficaram impressionados com **o pé do atacante** da seleção brasileira, que pode marcar os gols do hexa!”

(3.b) “Acampamento em frente à **casa do prefeito** do Rio termina após 17 horas”.

Em (3.a), temos a posse inalienável que nos remete a base experiencial de PARTE-TODO, que mesmo sendo focalizada recebe alguma contribuição da base experiencial de CONTROLE (pois o “todo” pode ter controle relativo sobre as “partes”). Já a posse alienável em (3.b), nos direcionaria à noção de CONTROLE, pois ter a propriedade de algo não implica fazer parte, mas ter um controle relativo, sendo essa a base experiencial sob foco.

Ademais, a noção de PROXIMIDADE ESPACIAL parece estar implícita às noções de PARTE-TODO e CONTROLADO-CONTROLADOR, não como base experiencial central, mas como um parâmetro possível de figurar no modelo cognitivo da posse. (LAKOFF, 1987).

and is also associated with parts of both concrete and more abstract wholes (a body/whole can normally control its parts). Saying that, however, does not undermine the necessity for a metaphorical understanding of the relationship between possessions and body parts since, as we have seen, the understanding extends to cases (e.g. trees and their branches, organizations and their members, noses and stomachs as body parts which cannot be controlled like arms and legs), where control cannot be involved in any obvious way (or at least, in the same way that it is involved in the understanding of alienable possessions and some body parts). (NIKIFORIDOU, 1991, p. 172-173).

Isso sugere, em alguma medida, que as referidas análises se aproximam do complexo conceptual da posse em suas descrições, mas em conjunto deixam as perguntas mais elementares: será a Posse um caso de metáfora conceptual? Se sim, qual seria a metáfora mais apropriada?

No caso do português, se estamos diante de uma polissemia, como a noção de PARTE-TODO conecta-se à noção de CONTROLE? Uma questão básica é a de que se há polissemia entre as noções de “parte-todo” e “propriedade” como variações prototípicas da Posse (LANGACKER, 1991), as descrições via metáfora conceptual para o inglês não parecem explicar adequadamente o elo polissêmico. Dessa forma, torna-se interessante encontrarmos uma solução alternativa teórica e descritiva para o português não enviesada pelas descrições para o sistema do inglês.

3. Construções possessivas, construções locativas e a relação de parte-todo: o problema das propostas de Lyons (1980) e Ilari et al (2015)

Do ponto de vista onomasiológico – do conceito para as suas formas designativas – Lyons (1980) coloca, explicitamente, a construção possessiva como uma questão mereológica, dentro dos limites do paradigma da semântica estruturalista. Para o linguista, construções possessivas são expressões linguísticas de “**relações genéricas de parte-todo**”⁵. Exemplos de posse inalienável e alienável como “A mão de Zeus”, “Os óculos de João” e “A pétala da flor” demonstram que há dois elementos referenciais distintos em ‘sentido’ e ‘denotação’, x e y , que se encontram conectados por uma relação não contingente em que “mão”, “óculos” e “pétala” implicam “Zeus”, “João” e “flor”.

Lyons (op.cit.) deseja saber como as relações genéricas de “parte-todo” estão distribuídas na gramática. Podemos dizer que o grande problema de sua análise reside no argumento mereológico para as construções locativas. Para isso, considera dois parâmetros básicos: (i) a transitividade e (ii) a oposição entre conhecimento linguístico vs. conhecimento de mundo. Quanto ao fator (i), observa-se que:

A relação parte-todo existente entre referentes discretos do ponto de vista físico é claramente transitiva: se uma coisa x faz parte de y que faz parte de uma coisa z , então x pode ser sempre descrito como uma parte de z . A transitividade também é válida, dado o devido desconto aos casos de imprecisão na referência das expressões, quando os referentes em questão não são objetos físicos, mas pontos ou regiões do espaço físico (ou do espaço-tempo). Se x é um ponto ou região que faz parte de uma região y que faz parte de uma região z , então x faz parte de z . (LYONS, 1980, p. 251).

Nesse contexto, consideram-se expressões locativas como “a maçaneta da porta” em que a

5 É válido dizer que a noção de “parte-todo” de Lyons não é experiencialista, mas estrutural e, como tal, objetivista.

transitividade é compatível com a noção de “parte-todo”, diferentemente de “a maçaneta da casa” (maçaneta > porta >> casa), em que se perde a suficiência mereológica entre *x* e *y*. No entanto, tal parâmetro se mostra frágil, pois do ponto de vista de uma teoria *objetivista* podemos nos perguntar a respeito de que tipo de suficiência mereológica ocorre em relações como (4):

(4) “A **chave da porta** está na mão do povo”^{6 7}.

O mesmo vale para relações que se referem a “regiões do espaço físico”, tais como “o espelho do quarto”, em que não se trata de uma relação entre referentes físicos em uma relação mereológica estrita. Isso nos aponta para o parâmetro (ii), referente ao “fato de se poder descrever uma entidade como parte de outra entidade não implica, contudo, que exista no vocabulário uma relação de parte-todo entre os lexemas usados nas expressões que se referem a essas entidades”. (LYONS, op. cit.).

Parece evidente que Lyons opõe a noção de “parte-todo” entre o linguístico e o não linguístico, o que permite a ele a seguinte afirmação:

O que (se possível) é necessário descobrir é um princípio geral que nos permita decidir, a propósito do sentido de conjuntos particulares de lexemas, se constituem o que Bierwisch (1965) chama de cadeias de parte-todo (Teil-von-Ketten) no vocabulário, sem ter de especificar para cada lexema, como uma parte do seu sentido, **o lugar que ocupa numa cadeia de parte-todo. Poder-se-ia argumentar que a questão é irrelevante para a semântica linguística: que tudo se limita ao nosso conhecimento geral das relações existentes entre as entidades do mundo exterior.** Mas isso não basta. Poderíamos perfeitamente dizer, por exemplo, e isso parece plausível, que ‘porta’ tem um significado particular, e ‘casa’ também (analisável em termos de sentido e denotação) e que a relação de parte-todo acima atribuída ao par lexical ‘porta: casa’ antes deveria ser atribuída ao nosso conhecimento do facto puramente contingente de que todas as casas (todas as casas normais) têm portas (op. cit. p. 252-253). (grifo nosso).

É preciso considerar que o conceito de “relações genéricas de parte-todo” parece nos indicar a insuficiência da abordagem mereológica ou da noção estrutural de “parte-todo” e o fato de que o conceito de “parte-todo” não seja “lógico” ou “puramente linguístico”, mas *experencial* e *prototípico*. (LAKOFF, 1987).

A questão da relação entre posse, locatividade e relações de parte e todo também é discorrida brevemente em Ilari et al. (2015, p. 242), a partir da construção locativa “o cabeçote do motor”. Os autores afirmam que “muitos leitores estarão propensos a lembrar que o cabeçote pertence ao motor,

6 Disponível em <http://www.gazetabragantina.com.br/portal/?p=10149> (Acesso: 12/05/2018).

7 Não há condições objetivas para se afirmar a propriedade mereológica. Desse modo, fica a pergunta sobre como explicar a construção locativa em (6) na perspectiva objetivista de Lyons (1980).

e o verbo *pertence* tem sido associado tradicionalmente a ideia de “posse”, mas é claro que aqui tudo não passa de uma relação de parte-todo”.

As relações entre a locatividade, a posse, e a base experiencial de “PARTE-TODO”⁸ parecem ser interpretadas sem maior acuidade, o que também não constituía o propósito do trabalho.

Em primeiro lugar, a locatividade possessiva, se assim podemos dizer, parece revelar uma manifestação possível do conceito possessivo, uma extensão polissêmica, que precisa ser melhor compreendida. Em segundo lugar, a noção de PARTE-TODO não pode ser interpretada com equivalência entre construções possessivas e construções locativas em suas diversas instanciações, como observamos anteriormente pelas considerações de Lyons.

Um balanço entre construções possessivas, locativas e relações de parte-todo indica que na proposta de Lyons (op.cit.), a noção de “parte-todo” carece de coerência interna para dar conta do conjunto de manifestações possessivas e locativas. Mesmo as construções possessivas prototípicas como as inalienáveis e alienáveis ferem a suficiência mereológica estrutural, já que “*x é parte de y*” e “*x é propriedade de y*” não apresentam equivalência de relação “parte-todo”. Já no que se refere a proposta de Ilari et al. (op.cit.), a relação entre posse e locatividade não está bem definida e muito menos a relação entre as noções de “pertencer a”, “estar locado em” e “fazer parte de”.

4. O problema da estrutura semântica e da polissemia possessiva: bases teóricas para o argumento da metonímia conceptual

Podemos ver que o argumento da metáfora conceptual (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER, 1991) não conseguiu capturar as relações da estrutura polissêmica da posse no inglês, além de não prever a pertinência de se creditar à posse uma relação mereológica (LYONS, 1980) em algum nível de concepção. Entendemos, aqui, que Lyons (op.cit.), por outro lado, faz considerações pertinentes, mas partindo de uma noção de “parte-todo” com problemas de ordem conceptual quanto a base mereológica que tentou descrever.

Como saída para isso, postulei em Lisboa Júnior (2017) que as construções possessivas presumem que *x* e *y* estejam conectados por uma relação de *contiguidade*. Em continuidade a exploração desse argumento, iremos tratar, aqui, não da base metafórica ou mereológica do genitivo de posse, mas, sim, de sua base metonímica, por julgarmos que seja a condição necessária para explicarmos a polissemia

8 Afirma-se a base experiencial de “PARTE-TODO”, pois os autores estão comprometidos com uma visão cognitiva das preposições como codificadores de Esquemas Imagéticos e Modelos Cognitivos Idealizados.

do conceito linguístico de posse.

Entendemos que a posse genitiva apresente os seguintes parâmetros básicos:

(i) é relacional

A posse genitiva em português é formalmente marcada por um elemento gramatical relacional, a preposição “de”, que permite a relação entre dois itens lexicais, *x* (o termo possuído) e *y* (o termo possuidor). Langacker (1991) define que as preposições sejam *predicadoras relacionais*, pois permitem o enquadre relacional entre dois participantes de uma cena. O termo possuído encontra-se em destaque na cena de posse, e, por isso, o chamaremos de TR (*trajector*), e o termo possuidor, chamaremos de LM (*landmark*), por ser a base da predicação relacional.

(ii) é metonímica

Interessante observar que, sintomaticamente, mesmo Langacker (1991) tendo proposto que a posse seja um caso de metáfora conceptual em termos de PROXIMIDADE ESPACIAL, o linguista irá formular em outro momento que a posse seja concebida esquematicamente⁹ em um mesmo domínio cognitivo (uma metonímia), muito ao encontro da análise que empreenderemos aqui. O linguista irá definir que “the schematic import of possession is merely that two entities figure in the same cognitive domain – any conception whatever can function as the domain, and either relational participant can have any role within it” (LANGACKER, 1991, p. 169).

(ii) é um conceito corporificado, porque nos remete às experiências perceptuais e sensório-motoras, como PARTE-TODO e CONTROLE, que estão alicerçadas não na realidade *per se*, mas em padrões pré-linguísticos de percepção, ação e vivência do corpo humano no mundo;

(ii) é um conceito polissêmico

⁹ Langacker opta por não descrever a variação prototípica da posse ou sua prototipicidade, dando maior importância a generalização sobre as diversas instâncias prototípicas com base na esquematicidade. Para descrever o significado esquemático ou abstrato da posse, o linguista propõe que os vários usos do genitivo no inglês têm em comum a característica básica de que uma entidade seja invocada como ponto de referência para estabelecer acesso ou contato mental com uma outra entidade. (LANGACKER, 1991). Essa habilidade denominada de “ponto de referência” em que uma entidade estabelece contato mental com outra é o processo esquemático correspondente a metonímia como processo prototípico.

Não podemos deixar de considerar a variação prototípica do conceito possessivo (LANGACKER, 2008) como os conceitos de parte-todo (“o pé do atacante”), propriedade (“a casa do prefeito”), parentesco (“a filha de João Gilberto”) etc. Portanto, a questão que se levanta é a possibilidade de descrevermos as instâncias de posse, bem como as suas extensões de significado como conectadas de forma coerente, a exemplo de (i) [*X é parte de Y*], como a posse inalienável (ex.: “o pé do atacante”); (ii) [*X é propriedade de Y*], como a posse alienável (ex.: “a casa do prefeito”); (iii) [*X está locado em Y*], como é o caso da locatividade possessiva (ex.: o cabeçote do motor”) e (v) extensões genitivas, como a noção de parentesco.

5. Premissas teóricas

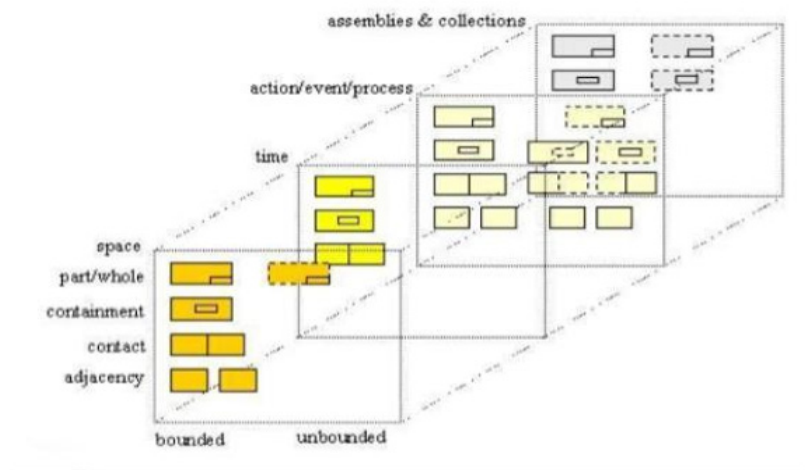
Nesta seção, discutiremos as premissas teóricas que norteiam o presente trabalho e, especificamente, o modelo de Peirsman & Geeraerts (2006) para tratarmos da contiguidade e da metonímia na semântica do genitivo de posse.

Em Semântica Cognitiva, uma das possibilidades de definição para a metonímia como modelo cognitivo é quando “B is either part of A or closely associated with it in that conceptual structure. Typically, a choice of B will uniquely determine A, within that conceptual structure”. (LAKOFF, 1987, p. 84).

Ora, uma experiência em que B e A implicam-se em uma mesma estrutura conceptual nos coloca diante de uma “associação de ideias” por Contiguidade (HUME, 1999). Esse processo do pensamento pode associar, dinamicamente, elementos co-participantes em uma mesma estrutura conceptual no espaço, no tempo, em relações de causa-efeito etc. A ideia de que a contiguidade apresenta tipologia complexa é observada em Soares da Silva (2006, p. 120):

Consequentemente, contiguidade deve entender-se num sentido complexo, compreendendo não apenas a proximidade espacial, mas várias ‘associações’ nos domínios espacial, temporal e causal. Só assim tipos diferentes de associações, como parte-todo, continente-conteúdo, antecedente-consequente, objecto-propriedade, causa-efeito, etc., podem ser categorizadas como contíguas.

Peirsman & Geeraerts (2006), propuseram, por sua vez, uma compreensão escalar do modelo cognitivo metonímico de Lakoff (1987), a partir de uma tipologia dinâmica entre as diversas relações de contiguidade associadas a padrões metonímicos concretos. A proposta encontra-se formalizada em Peirsman & Geeraerts (2006, p. 46) da seguinte maneira:



Fonte: PEIRSMAN & GEERAERTS (2006)

Figura 1- O modelo de Peirsman & Geeraerts (2006)

Basicamente, o modelo propõe que mudanças metonímicas ocorrem na medida em que padrões metonímicos concretos (esquemas imagéticos) se transformam ao longo dos eixos prototípicos de contiguidade (espaço, tempo, etc.). No que se refere a polissemia possessiva, utilizamos, especificamente, os critérios (i) e (ii), a saber:

i. Noções escalares como “força de contato” e “grau de delimitação”, que colocam em proeminência uma ‘limitação’ e uma “configuração” entre duas entidades contíguas, produzindo contenção, contato e adjacência;

ii. Padrões metonímicos podem atuar em domínios de contiguidade espaço-temporal; de eventos, ações, processos e domínios categoriais, como a relação entre classes e subclasses (ex.: hiperonímia/hiponímia). A transferência de um domínio de contiguidade prototípico a domínios de contiguidade não-prototípicos pode se dar via *transformação de esquemas imagéticos* (LAKOFF, 1987) e via transferência metafórica entre domínios de contiguidade.

Nesse modelo deve ficar evidente ainda que os Esquemas Imagéticos não constituem representações estáticas, mas, sim, estruturas contínuas de uma atividade organizadora da experiência vivida (JOHNSON, 1987, p.25-30), – em nosso caso, a macroexperiência da Contiguidade – como também uma operação dinâmica de imagens que segue uma ‘lógica’ de transformação.

(...) schemata are flexible in that they can take on any number of specific instantiations in varying contexts. It is somewhat misleading to say that an image schema gets “filled in” by concrete perceptual details; rather, it must be relatively malleable, so that it can be modified to fit many similar, but different, situations that manifest a recurring underlying structure. (JOHNSON, 1987, p.30).

Tendo enunciado as categorias teóricas de análise, passemos, agora, aos aspectos metodológicos.

6. Aspectos metodológicos

Em primeira instância, tomamos como perspectiva dados intuitivos e também construções possessivas provenientes de gramáticas latinas (FARIAS, 1958), estudos teóricos e descritivos, como os de Nikiforidou (1991), Langacker (1991) e Ilari et al. (2015), dentre outros. Em seguida, a análise qualitativa privilegiou a observação de ocorrências extraídas de textos variados coletados pela ferramenta eletrônica *Google*. Apesar do *Google* não ser considerado um *corpus* delimitado, nosso objetivo foi utilizá-lo como fonte de evidências, ou seja, pretendíamos analisar os dados de uso (com informações de contexto linguístico e discursivo) como fontes de evidência para a confirmação ou negação das hipóteses e para testar o potencial de explicação das premissas teóricas.

Dessa maneira, pudemos alcançar os objetivos básicos que foram identificar e analisar as construções possessivas prototípicas, as não prototípicas e as suas extensões genitivas, de modo que pudessem corroborar ou colocar em questão os parâmetros metonímicos da cena possessiva (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006), a saber, (a) a força de contato e (b) o grau de delimitação na relação possessiva, bem como o parâmetro (c) a transferência metafórica entre domínios de contiguidade.

Esses parâmetros foram considerados em decorrência da possível ordenação de transformação entre esquemas imagéticos preconizada em Peirsman & Geeraerts (op.cit.). De igual modo, observamos a mudança de domínio possessivo via metáfora a partir do domínio físico vinculado ao corpo humano (parte-todo) na posse prototípica para o domínio locativo chegando aos domínios mais abstratos. Com isso, esperávamos tanto testar o modelo de Peirsman & Geeraerts (op.cit.), quanto solucionar o problema da polissemia debatida nesse estudo, tendo por base as seguintes hipóteses:

(6.1) O genitivo de posse é uma experiência de *simetria e contiguidade*

(6.2) A variação prototípica da posse se deve a processos de *categorização* de experiências de contiguidade, seja por meio da transformação entre esquemas imagéticos que instanciam concretamente as experiências de contiguidade, seja pela transferência metafórica entre domínios de contiguidade, desde o mais físico alicerçado no corpo humano ao mais abstrato, como relações sociais de parentesco.

7. Análise da estrutura semântica e da polissemia do genitivo de posse em português

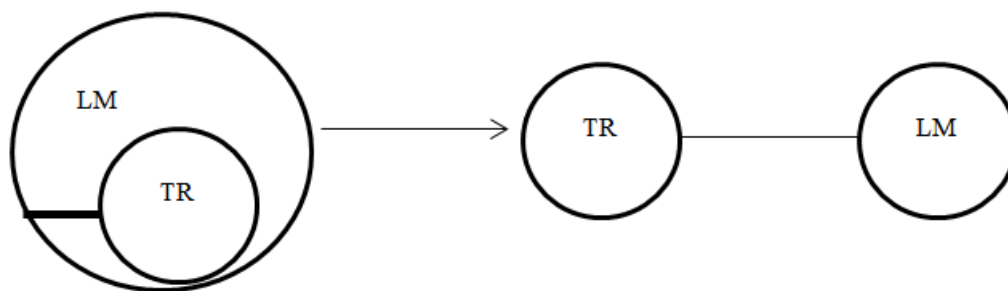
7.1. A posse prototípica

Vimos na seção 2 que a posse prototípica se dá por meio de relações de inalienabilidade (PARTE-TODO) e alienabilidade (CONTROLADO-CONTROLADOR). Em termos de elo polissêmico, entendemos que a relação entre PARTE-TODO (5.a) e CONTROLADO-CONTROLADOR (5.b) ocorra via transformação entre Esquemas Imagéticos. A categorização entre os significados possessivos toma como dimensões estruturantes os parâmetros “força de contato” e “grau de delimitação”, como se nota nos exemplos, a seguir:

(5.a) “Acho q esse assunto sobre **a boca da anita** já deu”¹⁰

(5.b) “Mesmo após várias manobras, **o boné do ator** não escapou”¹¹

A noção de PARTE-TODO presume uma *configuração* sustentada por subparâmetros básicos como *contato*, *proximidade espacial* e *controle relativo*. Já a noção de CONTROLADO-CONTROLADOR emerge como uma implicação sobre o corpo: a perda progressiva de “delimitação” entre a “parte” e o “todo” envolve a perda do elo natural que facilita a “força de contato”. Consequentemente, o que se torna saliente é o emprego de maior força simbólica para controlar os objetos do mundo e a experiência sensório-motora do CONTROLE torna-se o foco da cena possessiva.



Fonte: elaboração própria inspirada em Peirsman & Geeraerts (2006)

Figura 2 - Transformação entre Esquemas Imagéticos PARTE-TODO > CONTROLADO-CONTROLADOR.

Na cena possessiva, identificamos, no esquema imagético, os elementos da predicação relacional, o termo em figura (TR), a “parte” e o termo em fundo (LM), o “todo”. Os mesmos elementos constam

¹⁰ Disponível em <http://entretenimento.r7.com/blogs/fabiola-reipert/anitta-exibe-bocao-novo-e-finge-que-nao-t/2016/03/25/> (Acesso: 22/07/2017).

¹¹ Disponível em <http://entretenimento.r7.com/famosos-e-tv/fotos/humberto-martins-amarra-bone-na-cabeça-para-surfar-06052014?foto=6#!/foto/6> (Acesso: 22/07/2017).

na relação seguinte, em que há um controlado (TR) e um controlador (LM)¹².

É importante que se diga que a noção de CONTROLE não é *objetiva* e envolve dimensões experienciais que são radiais. A perda de propriedades entre “parte” e “todo” na cena em que há um “controlado” e um “controlador” pode ser progressiva. Isso fica evidente no exemplo (6), em que a relação entre “possuído” (recurso) e “possuidor” (proprietário) chega à *atenuação* de suas “*condições objetivas*”. (LANGACKER, 1991):

(6) “Caridade se faz com **o dinheiro da gente**, não com o \$\$ público”¹³.

Podemos dizer que nesse contexto haja uma relação de CONTROLE, mas de ordem mais abstrata,¹⁴ no sentido de que não envolve um domínio de contiguidade necessariamente física (entre o recurso e o seu proprietário): diremos, então, que o CONTROLE sofre uma atenuação de propriedades, sem qualquer grau de delimitação física.

Desse modo, no exemplo (6), mais abstratamente podemos construir a cena da relação possessiva, na medida em que as propriedades prototípicas do esquema imagético sofrem abstração.

7.2. O caso da locatividade possessiva

Em contrapartida às análises de Lyons (1980) e Ilari et al. (2015), entendemos que as construções locativas podem estabelecer relações de pertencimento¹⁵ identificadas com a noção prototípica de PARTE-TODO, mas não exclusivamente, conforme se verá a seguir. A insuficiência mereológica para casos de relação entre objetos e regiões do espaço físico (LYONS, op.cit) pode encontrar uma saída se considerarmos os efeitos prototípicos de transformação do esquema imagético de PARTE-TODO.

12 Nas próximas formalizações, adotamos procedimento semelhante, sempre indicando no esquema imagético os elementos que constituem a predicação, o Trajector (TR) e o Landmark (LM), conforme Lakoff (1987). Repare-se também que, embora no modelo de Peirsman & Geeraerts conste uma formalização topológica com base em retângulos, preferimos formalizar com base em círculos, mais próximos de Lakoff (1987) e Johnson (1987).

13 Disponível em <http://politicaaplicada.com.br/2017/02/12/caridade-se-faz-com-o-dinheiro-da-gente-nao-com-o-publico/> (Acesso: 22/07/2017)

14 “Ora, as associações que estão na base (...) da metonímia não são necessariamente reais, nem linguísticas: resultam do conhecimento do mundo – por outras palavras, do conhecimento enciclopédico, e não do conhecimento linguístico – e são de ordem mental.” (SOARES DA SILVA, 2006, p. 120).

15 No caso da posse predicativa (com verbo “ter”), Heine (1997, p. 88-89) já identificava “posse inalienável e alienável inanimadas” em exemplos como “Essa árvore tem ramos” ou “Minha casa tem três janelas”.

- PARTE-TODO

(7.a) “Ao fim do processo, o que se espera é que **a capa do livro** tenha personalidade”¹⁶.

(7.b) “E isso é que é importante: a chance de escolha, de queimar **a bateria da pilha** do controle, mudando de canal ‘A’ para ‘E’, dependendo de nossas vontades”¹⁷.

- CONTÊINER

(8.a) “E isso é que é importante: a chance de escolha, de queimar a bateria **da pilha do controle**, mudando de canal ‘A’ para ‘E’, dependendo de nossas vontades”.

(8.b) “Aprenda a organizar **os armários da cozinha**”¹⁸.

- CONTATO/ ADJACÊNCIA

(9) “Uma das imagens da exposição dialoga com uma obra do pai de Lair, pintor. A modelo, à frente, veste um colar de pérolas sobre o colo nu, assim como a **do quadro da parede**, ao fundo da foto”¹⁹.

- ADJACÊNCIA

(10) “Artur Silva subiu ao telhado para consertar **a antena da televisão** para que a filha de três anos pudesse assistir a um canal de desenhos animados”²⁰.

A passagem da posse prototípica para a locatividade possessiva se dá inicialmente pelo uso do pensamento metafórico. Propomos que as construções de locatividade possessiva sejam uma extensão da posse prototípica pela metáfora ontológica da Personificação. (LAKOFF & JOHNSON, 1980)²¹. Trata-se de uma metáfora mais abstrata, em que se mapeiam relações entre o que é INANIMADO em termos do que é ANIMADO, assim concebemos que locações estabeleçam relações inanimadas

16 Disponível em <http://riscafaca.com.br/arte/anatomia-de-uma-cap/> (Acesso em 24/05/2018).

17 Disponível em http://www.esporteemidia.com/2015_08_01_archive.html?m=1 (Acesso em 22/07/2017).

18 Disponível em <http://casa.abril.com.br/ambientes/aprenda-a-organizar-os-armarios-da-cozinha/> (Acesso em 22/07/2017).

19 Disponível em <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/04/lair-bernardoni-inaugura-exposicao-no-masc-em-florianopolis-4104468.html> (Acesso em 22/07/2017).

20 Disponível em http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/queda-fatal-ao-compor-a-antena-da-televisao?ref=Cultura_BlocoTopoPagina (Acesso em 22/02/2017).

21 Esse argumento pode ser ratificado por Lakoff & Johnson (1999) ao tratarem das “projeções corporais” realizadas para a conceptualização de relações espaciais.

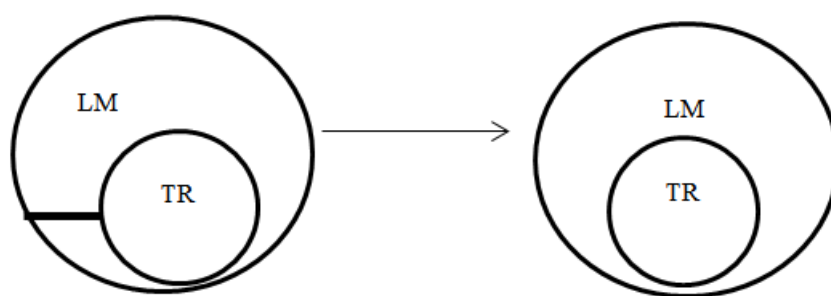
de posse.

A metáfora licencia a transferência entre o domínio da contiguidade física que denominamos de ANIMACIDADE (pautada no corpo humano) na posse prototípica para o domínio de contiguidade que denominamos de INANIMACIDADE na locatividade possessiva. A transferência metafórica entre os domínios de contiguidade possessiva (ANIMADO > INANIMADO) permite a continuidade da transformação entre esquemas imagéticos em situações locativas (PARTE-TODO > CONTÊNER > CONTATO > ADJACÊNCIA).

A transformação da relação metonímica PARTE-TODO (domínio inanimado) para CONTÊNER (domínio inanimado) parece indicar a categorização da perda de elo configuracional e a reorientação espacial para a focalização da dimensão intrínseca do Todo, isto é, do Contêner²². Para Peirsman & Geeraerts (2006, p.281), a transposição de PARTE-TODO a CONTÊNER deve-se a uma “perda da força de contato” entre TR e LM:

The precise relation between PART & WHOLE and CONTAINER & CONTAINED seems to be that of a continuum that can be described in terms of “strength of contact”. This is an intuitive notion that refers to the strength of the relation between the two entities involved. In part-whole constellations, this relation is at its strongest. England cannot normally be physically separated from the UK, just like heads cannot be separated from people without the application of brute force. In the case of containment, however, this relation is a little looser: mostly the content can easily be removed from its container. It is thus “strength of contact” that determines the place of a particular metonymy on the continuum.

A formalização dessa transformação pode ser realizada da seguinte maneira:



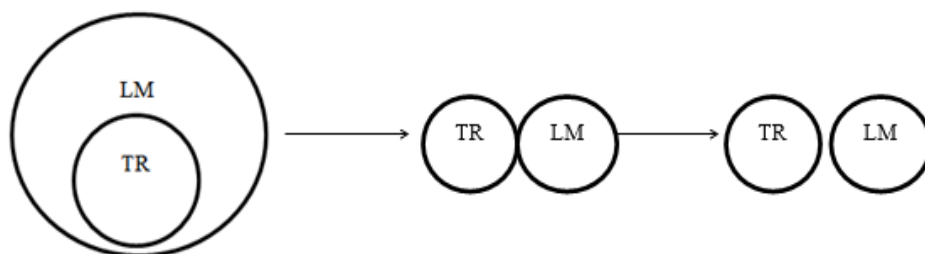
Fonte: elaboração própria inspirada em Peirsman & Geeraerts (2006)

Figura 3 - Transformação entre Esquemas Imagéticos PARTE-TODO > CONTÊNER

O fator “grau de força de contato” parece determinar a continuidade das transformações

²² Deve-se dizer que o Contêner também estabelece subjacentemente uma *configuração* relativa à entrada, interior e limite para se tornar um “ponto de referência” ao objeto que será contido. Entretanto, o foco não está sobre a configuração, mas sobre a orientação intrínseca de inclusão de TR em LM.

semânticas entre os esquemas. No domínio da Inanimacidade, os Esquemas Imagéticos de CONTATO e ADJACÊNCIA seriam extensões diretas da locatividade possessiva prototípica e se diferenciariam apenas pela perda progressiva dos parâmetros “grau da força de contato” e “grau de delimitação” entre *Trajector* e *Landmark*.



Fonte: elaboração própria inspirada em Peirsman & Geeraerts (2006)

Figura 4 - Transformação entre Esquemas Imagéticos CONTÊINER > CONTATO > ADJACÊNCIA

Observamos com a análise, a atuação de parâmetros que nos permitem aferir em alguma medida a categorização semântica das experiências locativas como extensões polissêmicas da noção possessiva, haja vista a transferência metafórica (“INANIMADO É ANIMADO”) e a granularidade crescente entre os esquemas conceptuais perceptuais (delimitação) e sensorio-motores (força de contato) que ocasionaram a transformação de Esquemas Imagéticos.

7.3. A Posse Abstrata

A definição para a posse abstrata reflete basicamente uma relação de posse sobre elementos não físicos ou pouco tangíveis como “uma doença, um sentimento ou algum outro estado psicológico” (HEINE, 1997, p.88-89). Exemplos dessa natureza podem ser vistos pelos dados (11.a) e (11.b):

(11.a) “Filha da atriz Letícia Isnard, de 41, e do diretor e ator Isaac Bernart, de 54, a menina é **a alegria da mãe**, que não esconde a corujice (...)”²³

(11.b) “É claro que há cenas que lembram comerciais de Hollywood, mas a boa interpretação de Snipes e **a beleza de Yancy Butler** compensam”²⁴

No exemplo (11.a), em “**a alegria da mãe**”, percebe-se uma relação de contiguidade entre SENTIMENTO ou ESTADO PSICOLÓGICO & EXPERIENCIADOR. O possuidor não controla objetivamente a experiência, e ela não se revela “parte material” do sujeito experienciador, mas

23 Disponível em <http://revistaquem.globo.com/Entrevista/noticia/2016/06/leticia-isnard-maternidade-> (Acesso em 14/08/2017).

24 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/27/ilustrada/19.html>. (Acesso em 14/08/2017).

potencialmente observada em uma reação física. Embora se possa notar que a emoção seja constitutiva de quem a sente, há uma perda do grau de delimitação em relação à posse prototípica de um objeto físico e tangível. Do mesmo modo podemos observar a relação entre ATRIBUTO & ENTIDADE (11.b), pois uma propriedade abstrata não oferece nenhum grau de delimitação física, apenas uma atribuição avaliativa sobre o possuidor.

Tais experiências de contiguidade parecem ser categorizadas como domínios-alvo, ou seja, a posse sendo imaterial e claramente mais abstrata necessita do emprego de uma metáfora conceptual ontológica para que sentimentos (ex.: alegria de *y*), estados psicológicos (ex.: a ansiedade de *y*) e atributos (ex.: a beleza de *y*) possam ser conceptualizados em termos de objetos físicos “poses”.

7.4. Algumas extensões genitivas

Consideramos até aqui as instâncias de posse que percorrem domínios de contiguidade física (animacidade), locativa (inanimacidade) e abstrata por meio da transformação entre esquemas físicos que instanciam experiências contíguas e da projeção metafórica entre domínios de contiguidade. Por fim, precisamos tratar de uma parte da variação prototípica identificada por Langacker (1991) que é propriamente a extensão genitiva.

Em decorrência do exíguo espaço, demonstraremos como alguns conceitos aparentemente díspares localizados em um domínio de contiguidade mais abstrato podem ser metaforizados em termos de um domínio de contiguidade possessiva, como já evidencia o uso do vocabulário possessivo (de-genitivo) para experiências não literalmente idênticas a posse.

- Genitivo de Parentesco

Modelos culturais ajudam a atestar a ideia de que o conceito de parentesco é socialmente concebido como uma relação de contiguidade possessiva. Como diz Cardoso (1988, p.77), no Direito Romano era comum o uso da estrutura “filho de *x*” em vez de “pai de *x*”, de modo a evidenciar que o pai como autoridade dispunha do direito de vida e morte sobre o filho (relação similar a de um “senhor” e seu escravizado)²⁵.

Não se deve supor, entretanto, que as demais relações de parentesco envolvam o mesmo

25 Aliás, Farias (1958, p. 135) observa que o genitivo de posse também ocorria para ‘(...) indicar as relações de um escravo para com o seu senhor’, sinalizando para uma metáfora literal relacionada à noção de parentesco, que é “SERVIDÃO É POSSE”. “*Iucundus Domitiae Bibuli* (Orelli Inscr. Lat. Sel.1, n o 2864); “Jucundo, escravo de Domícia, esposa de Bíbulo”.

mapeamento metafórico ou que o conceito de “parentesco” seja estático, pois é polissêmico e flexível a mudanças históricas e a modelos culturais específicos. Como se observa em (16), em que a metáfora morta não é obviamente recuperada sincronicamente.

(12) “Donny, **o filho de Trump** no centro da trama russa, suspeito de atuar contra Hillary”²⁶.

Todavia, de certo que se destaca nessas relações a contiguidade inerente ao contrato social (modelo cultural) entre os termos da relação de parentesco. A categorização metafórica da relação de parentesco como uma relação possessiva é, portanto, motivada pela comparação entre experiências de contiguidade: a posse, domínio-fonte, e a relação parental como uma contiguidade estabelecida em um modelo cultural, sendo o domínio-alvo metafórico.

- Genitivo Subjetivo e Objetivo

O Genitivo Subjetivo e o Genitivo Objetivo correspondem a um conjunto de expressões linguísticas formadas por um nome deverbal + preposição + nome. O genitivo subjetivo seleciona sujeitos experienciadores agentes de um evento verbal nominalizado (ex.: a ocupação do MST), já o genitivo objetivo seleciona o sujeito paciente da experiência de um evento verbal nominalizado (ex.: o assassinato de um inocente) ou de substantivos que evocam a eventualidade de uma cena complexa (ex.: “a cirurgia da Anita”). Observem-se os exemplos:

(13.a) “Como é bonito escutar **o riso das crianças**. Que agradável é sentir suas gargalhadas e risadas, e como é fácil provocá-las na infância”²⁷.

(13.b) “Gravar uma pessoa clandestinamente é indigno; gravar **a fala de um presidente** da República é gravíssimo”²⁸.

(13.c) “Quem organizou **o assassinato do herdeiro austríaco Sarajevo**?”²⁹

(13.d) “**A chegada de um bebê** em uma família traz mudanças (...)”³⁰

Os exemplos retratam duas construções de genitivo subjetivo em (13.a), (13.b), e duas

26 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/10/internacional/1499711237_667294.html (Acessado em 22/07/2017).

27 Disponível em <https://br.guiainfantil.com/materias/bebes/estimulacaobeneficios-do-riso-nas-criancas/> (Acessado em 22/07/2017).

28 Disponível em <http://www.metropoles.com/brasil/politica-br/para-michel-temer-gravar-presidente-e-um-ato-gravissimo>. (Acessado em 22/07/2017).

29 Disponível em <http://answersis.com/pt/questions/1048860> (Acessado em 22/07/2017).

30 Disponível em <https://www.eusemfronteiras.com.br/como-preparar-o-pet-para-chegada-do-bebe/> (Acessado em 22/07/2017).

construções de genitivo objetivo (13.c) e (13.d) em que há sujeitos pacientes e experienciadores. Nesses exemplos, usamos polissemicamente um marcador gramatical de posse para codificar a relação entre EVENTO e PARTICIPANTE (experienciador agente e experienciador paciente). O domínio-alvo reflete uma contiguidade temporal entre a experiência e aquele que a experiencia. Essa relação metonímica e simétrica licencia a categorização metafórica em relação ao domínio-fonte da simetria possessiva

Nikiforidou (1991, p.177) propõe que as metáforas “*EXPERIENCERS ARE POSSESSORS (of the experiences)*” e “*THINGS THAT HAPPEN (TO US) ARE (OUR) POSSESSIONS*” motivem essa extensão semântica. Avançando mais um pouco, parece coerente dizermos que haja uma metáfora ontológica complexa que apresenta dois direcionamentos:

(a) Participantes agentes são possuidores da experiência que vivenciam ou executam. Nos exemplos (13.a) e (13.b), os eventos nominais “riso” e “fala” são experiências contíguas aos experienciadores (quem ri e quem fala).

(b) As experiências diretamente sofridas por um participante experienciador paciente a ele pertencem. Aquilo que experienciamos diretamente, nos pertence simbolicamente. Nesse caso, os exemplos (13.c) a (13.d) ilustram bem isso.

A projeção metafórica, no entanto, leva em conta o mapeamento entre duas metonímias: POSSUÍDO e POSSUIDOR, no domínio-fonte de contiguidade física, e EVENTO e PARTICIPANTE, no domínio-alvo de TEMPO.

Se a análise estiver correta, a interação tipológica entre modelos cognitivos de contiguidade em projeções metafóricas se estabelece de modo regular em grande parte das extensões semânticas que envolvem a Posse. Desse modo, sendo a Posse uma experiência de Simetria e Contiguidade entre possuído e possuidor, para que haja a concepção imaginária do Possuidor ou da relação de pertencimento na extensão metafórica é necessário que o domínio-alvo corresponda a uma experiência arquetipicamente contígua, e, por isso, é lícito dizer as metáforas de Posse tenham a implicação metonímica em sua base.

8. Os elos polissêmicos e as restrições do modelo de Peirsman & Geeraerts (2006)

A proposta de Peirsman & Geeraerts (2006) foi de suma importância para descrevermos as instâncias da posse como metonímias associadas a domínios de contiguidade, ampliando e corroborando o “chiste” de Langacker (1991)³¹. A lógica de transformação entre os Esquemas Imagéticos e a ação da metáfora para a transferência entre domínios de contiguidade se mostrou bastante útil, mas no que se refere à radialidade possessiva não podemos formalizá-la em termos de *escala* ou *continuum*. Diante das situações de posse detalhadas até aqui, a estrutura polissêmica segue ao menos quatro dimensões não necessariamente contínuas:

8.1 - Posse prototípica: inalienável > alienável (transformação entre esquemas imagéticos: PARTE-TODO > CONTROLADO-CONTROLADOR)

8.2 - Posse prototípica > Locatividade possessiva (metáfora conceptual “INANIMADO É ANIMADO”)

8.3 - Locatividade possessiva: (transformação entre esquemas imagéticos: PARTE-TODO > CONTÊINER > CONTATO > ADJACÊNCIA)

8.4 - Posse prototípica > Posse abstrata (metáfora conceptual com implicação metonímica)

8.5 - Posse prototípica > Extensões genitivas (metáfora conceptual com implicação metonímica)

9. Considerações finais

A partir do presente estudo foi possível realizarmos um exercício de análise a respeito da estrutura semântica e da polissemia do genitivo de posse em português. No que tange à problematização da estrutura semântica da posse, consideramos três argumentos principais: a metáfora conceptual (NIKIFORIDOU, 1991; LANGACKER, 1991) aplicada ao inglês; a mereologia estrutural (LYONS, 1980) aplicada às expressões possessivas e locativas preposicionadas e o argumento da metonímia conceptual, que aplicamos ao português.

Parece-nos mais coerente que expressões possessivas correspondam a padrões metonímicos concretos associados a domínios de contiguidade. (PEIRSMAN & GEERAERTS, 2006). Em nosso caso, adaptamos o modelo de Peirsman & Geeraerts (2006) segundo as nossas necessidades, contemplando os domínios de contiguidade física, que denominamos de **animacidade** (inalienável e alienável), **inanimacidade** (locativos), de contiguidade **abstrata** e ainda algumas extensões genitivas,

31 Remeto o leitor a discussão de Langacker sobre a posse como metáfora conceptual (seção 2) e sobre a citação em que argumenta favoravelmente à metonímia (seção 4).

como “parentesco”, que envolve uma contiguidade em um **modelo cultural**, e genitivo subjetivo/objetivo, que envolvem a contiguidade **temporal**.

Ademais, argumentou-se que a preferência do português pela polissemia da posse se deve não à unidimensionalidade da metáfora (embora ela tenha papel fundamental), mas, principalmente, pela ação do modelo cognitivo da contiguidade (fonte prototípica) e de dois efeitos prototípicos básicos: (i) a conexão entre as distintas experiências de posse por meio de vínculos naturais de transformação entre Esquemas Imagéticos e (ii) as transferências metafóricas entre domínios de contiguidade (elaboração metafórica de experiências arquetipicamente contíguas).

Dessa maneira, não precisamos considerar a metáfora conceptual como único recurso disponível para a explicação da polissemia possessiva, conforme argumentamos e esperamos ter demonstrado em nosso exercício de análise semântica para o genitivo de posse em português.

REFERÊNCIAS

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

HEINE, Bernd. *Cognitive Foundations of Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 1997

ILARI, Rodolfo; CASTILHO, Ataliba Teixeira de; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de; KLEPPA, Lou-Ann; BASSO, Renato (2015). A preposição. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Palavras de classe fechada*. Gramática do Português Culto Falado no Brasil. Vol. IV. São Paulo: Contexto, 2015, p.163-310.

JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination and Reason*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

_____. & JOHNSON, Mark. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. 2: Descriptive Applications*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1991.

LISBOA JÚNIOR, Jorge Luiz Ferreira. *A semântica do genitivo em português: corporificação*,

polissemia metonímica e gramaticalização, 2017. 188 p. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas, Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LYONS, John. *Semântica I*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes. 1980.

NIKIFORIDOU, Kiki. The meanings of the genitive: A case study in semantic structure and semantic change. *Cognitive Linguistics* 2: 149–205, 1991.

PAMIES, Antonio. A relação forma-sentido em construções possessivas. *Revista Eletrônica Letras de Hoje*. Rio Grande do Sul. Volume 40. Número. 1. Pp. 71-85, 2005. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/fale/article/view/13724>> Acesso em: 22. Jul. 2017.

PEIRSMAN, Yves & GEERAERTS, Dirk. Metonymy as a prototypical category. *Cognitive Linguistics* 17(3): 269–316. 2006.

SOARES DA SILVA, Augusto. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina. 2006.